

## O ECONOMISTA E A HISTÓRIA

Neste 13 de agosto, que marca a celebração do aniversário de regulamentação da profissão do economista no Brasil, conhecido como “Dia do Economista”, valeria a pena resgatar e qualificar a importância conferida pela Escola Estruturalista, liderada por aqui pela querida, brilhante e saudosa professora Maria da Conceição Tavares, que chegou a sentenciar a supremacia da percepção adequada das sofisticadas peculiaridades históricas sobre a apreensão e uso criterioso dos instrumentais oferecidos pela matemática.

Os manuais de iniciação ao ensino da ciência econômica costumam alojá-la na categoria de habilidades humanas das ciências sociais ou comportamentais, seccionadas conforme as aderências explicativas de cada uma delas às atividades específicas das pessoas.

Também distinguidas com o rótulo de “ciências sociais aplicadas” constituem ramificações dedicadas à compreensão e interpretação das características gerais e especificidades das sociedades, na perspectiva de identificação de problemas e, sobretudo, descoberta e proposição de soluções.

Em uma abordagem bastante superficial e simplificada acerca das principais porções, é adequado justificar que a ciência política abarca os vínculos entre nação e Estado, com ênfase para os modos de governo e de gestão pública, e a sociologia encarrega-se da notação das tipicidades dos arranjos da sociedade.

Na sequência, a antropologia cultural verifica as raízes e acompanha a trajetória da estruturação das maneiras de expressão dos seres humanos, a psicologia procura capturar os valores, inspirações e impulsos das pessoas e o direito estabelece o regramento da abrangência e limitações das ações individuais e coletivas.

Enquanto um respeitável pedaço desse conjunto, a economia engloba as incursões humanas diretamente atreladas à lógica da produção, geração, repartição e apropriação do esforço produtivo, dispêndios (públicos e privados), acumulação de riqueza e progresso material.

Antes de tudo, urge concordar com mestre Tavares e desmanchar o tabu materializado no condicionante de a economia ser incumbida exclusivamente de “números e cálculos”. A derrubada dessa frágil pressuposição repousa na argumentação de que por trás dos dados, informações e indicadores há pessoas que dependem da execução das políticas públicas formuladas pelos economistas.

Por essa ordem de apreciação, o que difere a economia das demais ciências sociais é que esta é portadora da patente do estudo das relações humanas passíveis de medição monetária, como consumo das famílias, custo de vida, investimentos das empresas, receitas e gastos dos governos, exportações, importações, dentre outras variáveis.

Porém, é interessante reter a predominância de “vias de mão dupla” no percurso da economia e das outras fronteiras, obedecendo, de um lado, a necessidade de contínua revisão, aperfeiçoamento e adequação dos paradigmas à realidade, e, de outro, o imperativo de inserção da interferência das forças econômicas na correção dos princípios basilares da operacionalidade do tecido social, ainda afetada por outros campos, como filosofia, ética, história, religião e meio ambiente.

A título de ilustração, um mero corte exploratório possibilita entender os apreciáveis laços existentes entre história e economia, partes que se destacam pelo registro, descrição e avaliação dos elementos integrantes do complexo espaço alvo de experimentos científicos.

De pronto, convém esclarecer que a história e, em especial, a pesquisa detalhada dos processos históricos, revela-se crucial ao trabalho do economista, marcado por permanente e atenta observação dos pontos positivos e negativos das experiências passadas, na busca de consolidação de tendências favoráveis e eliminação, ou ao menos minimização, das chances de fracasso das iniciativas governamentais, projetos empresariais e escolhas dos consumidores.

Em outros termos, a capacidade de apreensão organizada dos eventos históricos favorece a elucidação do presente e facilita as complicadas tarefas de

estruturação das incertezas acopladas ao delineamento do futuro, nucleares à atividade do profissional de economia e do próprio desenvolvimento da Ciência Econômica.

As pandemias, como a de Covid-19, surgida na China, no final de 2019, que se espalhou pelo mundo, em 2020, os grandes conflitos bélicos e os profundos e, por vezes, generalizados e prolongados colapsos econômicos contribuem decisivamente para a modificação do comportamento dos agentes econômicos.

Estes, representados por empresas produtivas e financeiras, exportadores, importadores, rentistas, governos, consumidores e trabalhadores, reagem aos choques por meio de atitudes defensivas e ofensivas, de acordo com a respectiva capacidade de análise, antecipação e intervenção estratégicas, o que influencia a gangorra econômica.

No entanto, conforme justificado anteriormente, predomina a relação biunívoca, dado que as flutuações conjunturais e as transformações econômicas de base afetam e/ou determinam o curso da história. Não é demais recordar que guerras, golpes e revoluções surgem, quase que invariavelmente, em consequência de conflitos de interesses econômicos e/ou geopolíticos, em um mundo heterogêneo.

Do ponto de vista estrutural, o escravagismo e os ciclos do ouro, da cana-de-açúcar e do café, e a política de industrialização por substituição de importações, verificados no Brasil entre o descobrimento até o terceiro quarto do século 20, mudaram as feições agrárias e ensejaram saltos qualitativos na matriz econômica nacional.

De seu turno, a Revolução Industrial, da segunda metade do século 18; a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, as crises do petróleo, de 1973 e 1979, a terceira revolução industrial (substituição do domínio da metalmeccânica e petroquímica por biotecnologia, química fina, mecânica de precisão, novos materiais e, principalmente, microeletrônica), em regime de globalização financeira, ocasionaram bruscos e substanciais impactos na operação dos sistemas econômicos em praticamente todo o globo.

Na mesma linha, os desdobramentos e providências de enfrentamento da Grande Depressão da década de 1930, serviram como referência ao combate aos efeitos dramáticos da quebra do segmento hipotecário de segunda linha dos Estados

Unidos (EUA), conhecido como *subprime*, em 2008, cuja mitigação e destruição exigiu vultosa participação anticíclica dos estados nacionais.

Cumprе sublinhar a postura passiva, ou pouco responsável, prevalecente nos meios especializados, por ocasião da eclosão daquela crise de setembro de 2008, desencadeada com o anúncio da falência do banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers.

A despeito do aparecimento de sinais de fumaça, em 2006 e 2007, os experts preferiram privilegiar a premissa de evento localizado na banda podre do mercado de hipotecas, desprovido de fôlego para contaminar o conjunto dos segmentos imobiliário, financeiro, produtivo e comercial.

Em contraste com a “visão dos sábios”, o que se viu, na terra dos pobres mortais, foi o mergulho recessivo dos fluxos de atividade e comércio e, paradoxalmente, a virada de chave dos analistas, ao sentenciarem a ocorrência de uma instabilidade generalizada e de longa duração e negligenciarem as portentosas iniciativas estatais mitigadoras e/ou neutralizadoras.

Mais precisamente, houve a deflagração de operações de socorro, por meio da injeção de vultosos recursos de origem fiscal e creditícia, com a quase zeragem dos juros, por parte dos governos e dos bancos centrais, voltado à reversão das perdas patrimoniais, de renda e emprego.

Para finalizar, afigura-se pertinente afirmar que economia e história estão umbilicalmente ligadas na oferta de conhecimentos interdependentes, resultado da organização científica dos acontecimentos pretéritos e presentes, voltados ao estabelecimento de sinais futuros balizadores das decisões econômicas e políticas, ou, conforme o economês, das manifestações das vontades estratégicas dos atores públicos e privados.

Resta intensificar a produção de conhecimento acerca das abruptas alterações na dinâmica decisória econômica, política e ambiental, que devem redesenhar o percurso da história, notadamente com a avassaladora entrada de fatores de mudança e potencialidades, ainda não suficientemente explicitadas nos manuais utilizados pelos

profissionais e/ou inseridas no que se convencionou denominar como “bagagem cultural”.

Dentre elas figuram a quarta revolução industrial, liderada por robótica, digitalização e inteligência artificial, o acirramento das disputas pela hegemonia geopolítica, travadas por Washington contra Pequim e Moscou, usando o restante do mundo como escudo, e os constantes ataques às normas democráticas escritas e informais, reforçados pela avalanche oriunda da administração avessa ao diálogo doméstico e internacional, plantada nos EUA, contado com uma rede de franquias espalhadas pelo mundo.

Particularmente no Brasil, a elite concentradora de renda conseguiu delegar a luta pela liberdade de conspiração à histórica tropa de choque da classe média, que, suficientemente representada no parlamento, toma conta, de maneira deliberada ou por deficiência de compreensão, das redes sociais e das ruas, arrumada com as cores brilhantes dos “bons” costumes e do patriotismo, criminalizando a vontade popular expressa nas urnas.

Igualmente importantes são o envelhecimento populacional, a transição energética e o imperativo de descarbonização do planeta, depois dos sucessivos pedidos de socorro da natureza, na forma de ampliação da frequência e duração de estiagens, incêndios florestais e inundações.

O enfrentamento desses complicados desafios requer preparação contemporânea dos economistas, que precisam, rapidamente, escapar da pecha, ou mesmo armadilha, de meros cientistas de dados, cabeças de planilhas ou tecnocratas, como mencionava Maria da Conceição Tavares, e retomar a função de investigadores do cotidiano social com os conhecidos “olhos de águia”.